

Relação íntima

O setor de telecomunicações brasileiro completou 10 anos de privatização e tem ainda um longo caminho a percorrer. Ele será, entretanto, fundamental para impulsionar de forma significativa e definitiva a economia e o desenvolvimento do Brasil

Por Eduardo Vasques

COMUNICAÇÃO QUE PERCORRE UMA REDE BASEADA EM PROTOCOLO DE INTERNET (IP). FILIAIS E MATRIZ INTERLIGADAS EM REDE PRIVADA, RAMAL MÓVEL, ACESSO A SISTEMAS DE VOZ POR MEIO DA TELA DO NOTEBOOK, E-MAIL PELO TELEFONE CELULAR. A mobilidade e conectividade em sua plenitude já são praticadas por muitos executivos de companhias multinacionais capazes de investir quantias enormes de dinheiro em tecnologia.

Alguns desses profissionais sequer têm sua mesa fixa de

trabalho. Perambulam entre reuniões e escapadas estratégicas do caos que é o trânsito nas grandes cidades para realizar negócios. Isso não é ficção, mas realidade que pode ser encontrada no Brasil.

Do outro lado, na base da pirâmide da população nacional, está a diarista Nilza Pinheiro dos Santos. Com uma renda de aproximadamente R\$ 600 por mês, viu sua vida mudar depois que comprou seu primeiro modelo de celular, dois anos atrás. Começou com um dispositivo simples, sem muitas firulas ou funcionalidades. Agora, entretanto, ela pode ser

localizada em tempo integral. Isso significa não perder mais oportunidades de trabalho. Sua última aquisição foi o modelo V3 pré-pago, da Motorola, com recursos multimídia, comprado em dez prestações. "Ficou mais fácil ter contato com outras pessoas e facilitou muito para arrumar outros trabalhos", explica. Como fazia antes de comprar o equipamento? "Não fazia", responde ela com um sorriso enfático.

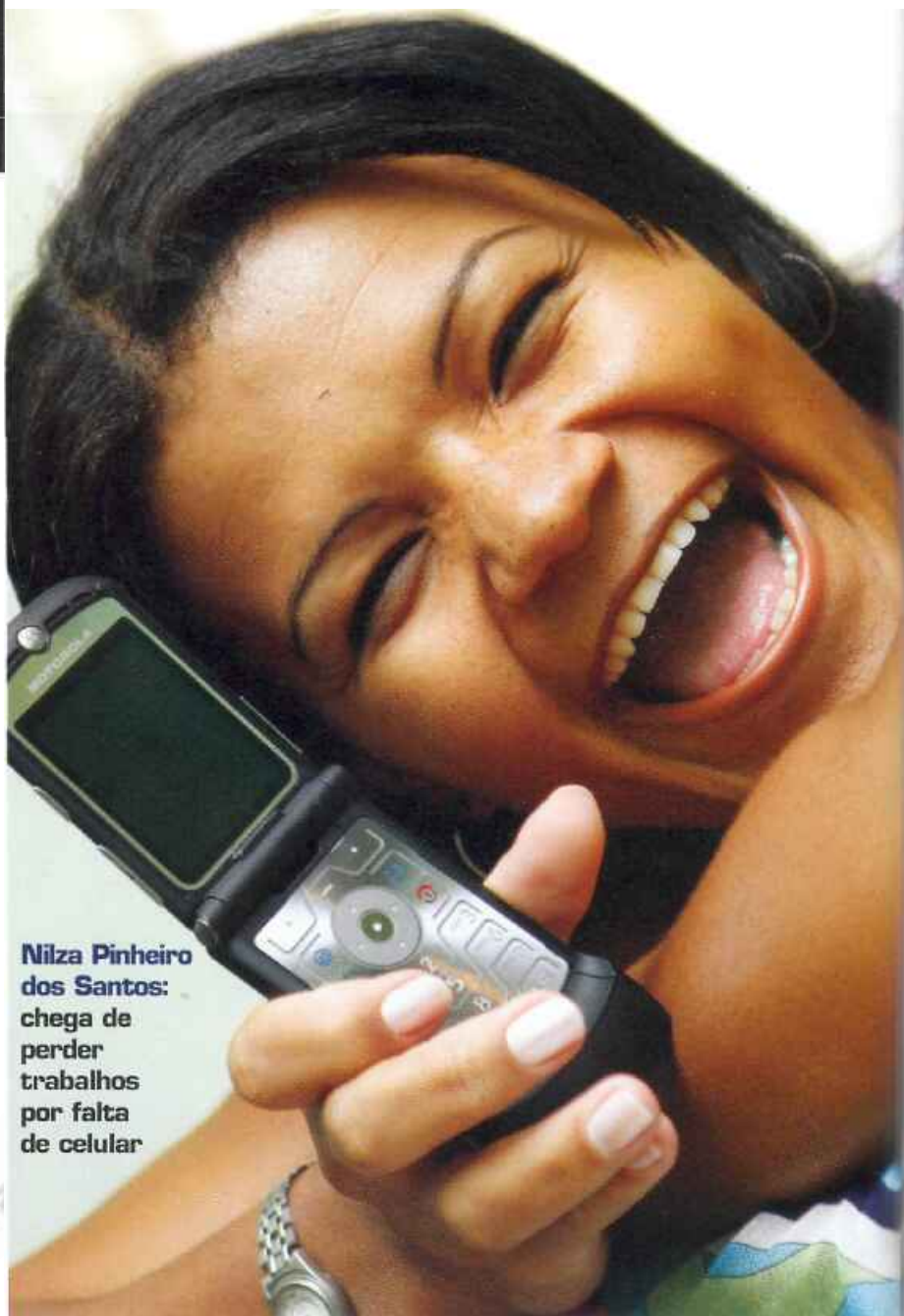
Por mais que esses dois exemplos não exprimam conexão em um primeiro instante, eles demonstram com clareza o momento do setor de

telecomunicações - ou comunicações de maneira geral - no País. Envolve mão-de-obra, produtividade, interação, circulação de dinheiro, criação de um fluxo de informação ponto a ponto.

Ao completar dez anos de privatização, fica evidente a inegável participação do setor na base da economia. Não há como dissociar telecomunicações do desenvolvimento de um país. À medida que os serviços se tornam disponíveis, facilitando a interação entre pessoas, o comércio de bens e serviços também deixa a economia mais eficiente, e o crescimento se torna natural. O Brasil foi inserido definitivamente no mundo das telecomunicações. Em termos de celular está entre os cinco maiores do mundo.

28 Na cadeia da economia atual, porém, existem poucos negócios de qualquer tamanho ou natureza que independem de um sistema de comunicação eficiente para se relacionar com fornecedores, parceiros e clientes. Até pouco tempo atrás, não havia um equilíbrio de peso entre o setor de telecom e a indústria de base como energia e saneamento. Hoje, esses elementos de infra-estrutura básica já podem ser considerados pares.

E se o futuro é a sociedade do conhecimento interligada por redes, alguém terá de fazer a ponte entre os mundos inteligentes, promover a colaboração entre eles, estimular a interação. E aí que se configura



Nilza Pinheiro dos Santos: chega de perder trabalhos por falta de celular

a importância do setor de telecom para o desenvolvimento das economias. As ferramentas providas pelas companhias do segmento tornam a economia mais eficiente e produtiva, numa espécie de círculo virtuoso, que se retroalimenta. Talvez pela sua importância, o setor também seja tão complexo.

Entre 1998 e 2007, a indústria foi responsável por investimentos da ordem de R\$ 150 bilhões - incluindo

telefonia fixa, celular e TV por assinatura. Desse total, cerca de R\$ 35 bilhões foram destinados somente para aquisição de licenças e concessões. A previsão da aplicação de recursos até 2011 chega à casa dos R\$ 80 bilhões, dependendo do desenrolar da economia.

Se considerarmos só o setor de telefonia móvel, houve um verdadeiro boom nos últimos dez anos, gerando efeitos no Produto Interno Bruto (PIB),

aumento de produtividade e efeitos da oferta e demanda. Para se ter uma idéia, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas apurados no final do ano passado, as operadoras brasileiras de telefonia móvel investiram sozinhas mais de R\$ 44 bilhões no País nos últimos sete anos. Em 2006, foram R\$ 6,2 bilhões, o que representou 1,59% de todos os investimentos gerados no Brasil

A geração de empregos também deve ser destacada. Em 2006, a cadeia produtiva de telecom (incluindo a indústria) gerou 311,5 mil empregos, dos quais 120,5 mil diretamente pelas prestadoras de serviços. Em

geral, essa cadeia de valor tem ainda um efeito multiplicador sobre o emprego no restante da economia. Nesse mesmo ano (2006), o total de empregos que dependem do segmento alcançou a marca de 1,34 milhão (o resultado de uma equação que envolve o valor da receita líquida versus os empregos gerados para cada R\$ 1 milhão movimentado no setor).

Dos setores de infra-estrutura, o de telecom é um dos mais atraentes para o investimento privado em nível internacional, em particular, no Brasil. "Só investindo pesadamente em telecomunicações é que as nações conseguem gerar

riquezas de que necessita a economia, para que então seja dito que um é reflexo do outro", diz Juarez Quadros do Nascimento, ex-ministro das Comunicações e sócio da Orion Consultores Associados. E esse é o ponto de inflexão, mas é preciso entender o contexto nacional e os passos dados até aqui.

O presente pelo passado

Em meados de 1960, as tarifas eram estabelecidas pelo poder municipal segundo critérios dissociados dos custos dos serviços, o que levou as concessionárias a não realizar

Adoção em alta nas classes D e E

Não é de hoje que os números da telefonia, especialmente a móvel, andam surpreendendo. O formato de pré-pago teve um efeito fundamental para o sucesso desse modelo de telecom nacional, já que permitiu que pessoas de qualquer nível socioeconômico pudessem ser inseridas no contexto, ainda que os aparelhos, em sua grande maioria, sirvam basicamente para receber ligações.

"Nos domicílios de baixa renda, por exemplo, a opção pelo celular como único meio de comunicação da família é cada vez mais comum. De 2003 a 2006, a penetração do telefone celular nas classes C, D e E aumentou 28% e a parcela de domicílios que só têm telefone móvel passou de 12,1% para 30,2% no mesmo período", diz **Sérgio Assenço** (foto), vice-presidente de regulamentação e interconexão da Vivo.

Um estudo divulgado recentemente pelo LatinPanel mostra que o número de pessoas que possuem ao menos um celular cresceu 23% em 2007 no Brasil. Em dezembro de 2006, a penetração dos aparelhos celulares estava na

faixa de 54% da população. Já em dezembro de 2007, o índice subiu 12 pontos percentuais e bateu a marca de 66% dos brasileiros. Os dados surgiram a partir de entrevistas com 26 mil indivíduos para avaliar os hábitos de compra e uso da telefonia celular no Brasil. O levantamento também considerou a distribuição socioeconômica dos celulares e mostra que 53% dos indivíduos das classes D e E já são proprietários de celulares no País. Esse estrato da população foi o que registrou maior incremento de número de possuidores na comparação com 2006. No ano passado, 39% dos indivíduos desse estrato possuíam celulares. Ou seja, em um ano a penetração da telefonia móvel na base da pirâmide social brasileira avançou 14 pontos percentuais. Mesmo na classe C houve crescimento. Ao final de 2007, 70% dos indivíduos assim classificados já possuíam ao menos um celular. Em 2006, o índice era de 59%.



os investimentos necessários à expansão da rede. Havia nessa época aproximadamente 1.200 operadoras independentes e uma planta de cerca de apenas dois milhões de terminais fixos.

Meses e meses de espera. Um mercado paralelo muito rentável e, até certo ponto, cheio de macetes e "ajudas" misteriosas dentro do governo. Serviços de qualidade duvidosa e muito caros, direcionados para poucos. Assim se configurava o mercado de telecomunicações no Brasil pouco mais de uma década atrás.

Com a criação do sistema Telebrás (que ocorreu entre os anos 70 e 90), as tarifas eram definidas pelo governo federal, como autoridade econômica, com o interesse centrado na

contenção do processo inflacionário, e não simplesmente como poder concedente de um serviço público. Esse modelo limitava o poder de investimentos das empresas sob o controle estatal e, por consequência, fez com que a taxa de crescimento da planta e das redes oscilasse de maneira aleatória, sem muitos critérios e, principalmente, sem conseguir atender à demanda reprimida da população.

Soma-se a isso a tendência natural de comodidade das responsáveis pela prestação de serviços por conta da manutenção por anos de um monopólio, assim como ocorreu com a reserva de mercado no setor de informática. Em resumo, o contexto brasileiro

de telecomunicações até 1994, adicionado ao período econômico de profundas alterações - afinal, era o ano de criação da nova moeda, o Real - apenas forçou uma iniciativa para modificar o então estado de letargia pelo qual passava o segmento.

No ano seguinte, o governo propôs uma emenda constitucional com a intenção de flexibilizar o monopólio em telecomunicações. Daí surgiu a Emenda Constitucional nº 8, que possibilitou o início de um novo mercado, marcado pela concessão de serviços públicos, regulamentado por agência e mais competitivo. Era o fim de uma era nem tão boa de ser lembrada, que representava, como em boa parte do que diz

Ebitda parelho

Observando a tabela abaixo com as margens de algumas empresas do setor de telecomunicações, é possível constatar que as incumbents - empresas que já estavam no mercado antes da liberalização do setor - apresentam margens não muito distantes dos seus pares em outros países, o que demonstra o amadurecimento e a estabilidade do segmento. Por outro lado, o nicho de telefonia móvel parece apresentar um distanciamento maior na mesma comparação. Contudo é difícil afirmar que os impostos são os únicos responsáveis pela diferença. Outros fatores, como a regulamentação em evolução (exemplo recente do full bill, em que empresa precisa transferir uma parte maior das receitas com chamada para telefones móveis para outras operadoras por conta de um aumento nos custos de interconexão), a base de clientes para diluição de custos fixos e a competição acirrada entre as empresas também devem ser considerados.

Fonte: Standard & Poor's

Incumbents					Telefonia Móvel	
Empresa	Vodafone Group PLC	AT&T Inc.	Brasil Telecom Participações S.A.	Tele Norte Leste Participações S.A.	Mobile Telesystems (QJSC)	América M S.A.B. de
Pais	Reino Unido	EUA	Brasil	Brasil	Rússia	México
Ratings	A-/Stable/A-2	A/Stable/A-1	brAA+/Stable/-	BB+/Stable/- brAA+/Stable/-	BB-/Stab/-	BBB+/Stab
Ano fiscal	2007	2006	2007	2007	2006	2007
Ebitda/Receita líquida (%)	42	36,6	34,3	37,4	51,6	41,8

respeito à infra-estrutura no Brasil, atraso e falta de inovação.

Pós-privatização e modelo contraditório

Até hoje a novela se estende e é muito semelhante à atual sobre a escolha do padrão que o País adotou para a TV digital - cheia de discussões que não fazem mais sentido, afinal, o modelo já foi definido e é sobre ele que a produção deverá se concentrar. Quando a privatização teve início e mesmo depois de sua concretização, muitos analistas criticaram de maneira incisiva não só a forma como ela aconteceu, mas os valores praticados, o investimento relativamente baixo atraído para o sistema econômico vigente.

O que interessava, porém, era que essa reforma no sistema já havia sido definida e o resto era passado. A quebra de monopólio rendeu, em princípio, R\$ 8,3 bilhões com a venda das licenças da banda B do celular. Outros R\$ 21,1 bilhões foram arrecadados com a alienação de ações ordinárias representativas de 51,79% do capital votante das empresas da Telcbrás.



À medida que os serviços se tornam disponíveis e facilitam a interação entre pessoas, o comércio de bens e serviços deixa a economia mais eficiente, e o crescimento se torna natural

Cerca de 20 milhões de linhas de telefonia fixa estavam implantadas até julho de 1998, no momento da privatização. No caso dos celulares, esse volume não passava dos 5,6 milhões. O crescimento foi rápido e elevado, já que em quatro anos o País contabilizava apenas 13,2 milhões de telefones fixos e 800 mil celulares. Da escassez à oferta em massa de telefonia é possível dizer que o tempo foi bastante curto.

Em fevereiro de 2008 foram registrados mais de 50 milhões de telefones fixos instalados, sendo quase 40 milhões em serviço (densidade de 22 telefones por cem habitantes) e mais de 124 milhões de telefones celulares (densidade de 60 celulares por cem habitantes).

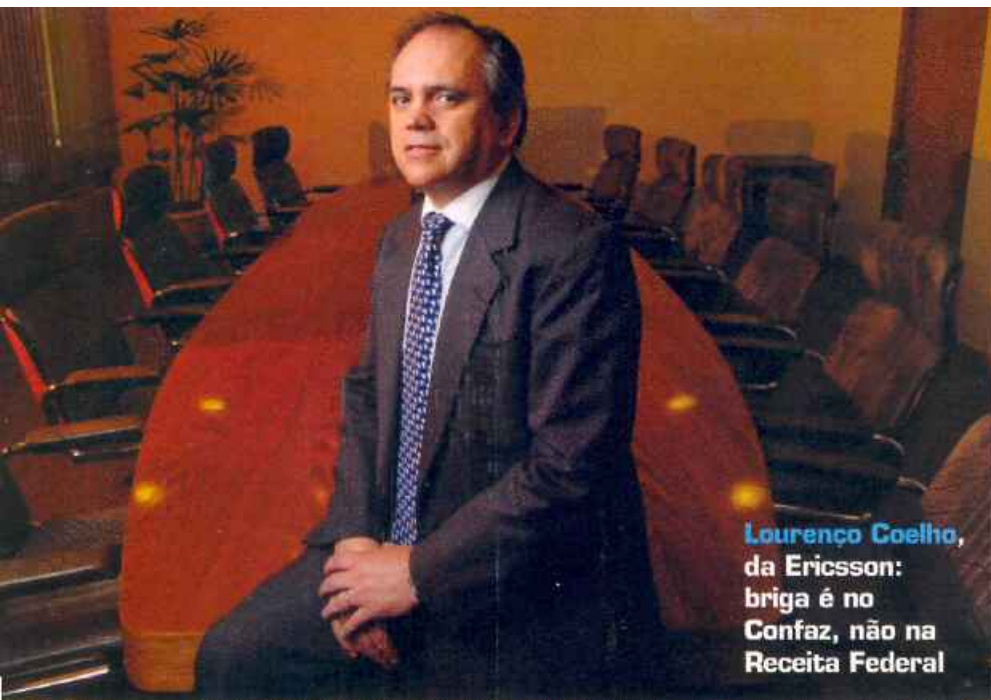
Metas cumpridas e muita choradeira

O processo de universalização dos serviços, que veio a reboque das concessões, é considerado por muitos como responsável por um ciclo de desenvolvimento no Brasil. Mas não deve ser tratado de maneira isolada. É preciso se concentrar também na tentativa de criar uma estratégia de competitividade para o setor, fracassada com a quase total aniquilação das empresas-espelhos e um aumento representativo da

concentração do mercado. O cenário imaginada lá atrás é hoje completamente diferente e mostra o mercado sendo carregado pelas mãos de poucos, e consolidados, grupos. "Estamos no limiar do esgotamento desse modelo desenhado no passado e, agora, estamos no início de um novo ciclo", ressalta Petronio Nogueira, líder da área de mídia e tecnologia da Accenture. O mercado de telecom ainda sofre com a urgência da revisão do modelo de atuação e essa discussão tem, no mínimo, três anos. As propostas feitas na concessão uma década atrás já não atendem à necessidade imposta pelos usuários.

Exageros à parte, a telecom redefiniu a forma de as pessoas viverem, se comunicarem e fazerem negócios. Ainda que tenha gerado muita polêmica e reclamação das operadoras por conta do retorno sobre investimentos necessário para levar seus serviços às regiões mais remotas, a tecnologia novamente ultrapassa os limites e permite a criação de novos mecanismos. Hoje é possível atingir regiões dispersas lançando mão de tecnologias recentes e relativamente mais baratas. Especialmente depois do leilão da tecnologia de terceira

Vivo Participações S.A.	Telemig Celular S.A.
Brasil	Brasil
brAA-/Stab/-	BB-/WatchPos/-
2007	2007
24,2	32,9



desprezado. Para se ter uma meta de comparação, o setor de construção civil, que teve em 2007 um dos melhores anos de sua história, deve atingir no máximo uma representatividade de 5,5% do PIB brasileiro ao longo deste ano.

Juarez Quadros lembra que, no Brasil, a carga tributária média ultrapassa os 40%, enquanto em vários países as alíquotas variam de 3% a 25%, (3% nos EUA, 5% no Japão, 10% na Coreia do Sul, 16% na Alemanha e na Espanha, 21% na Argentina, 25% na Suécia e na Dinamarca). Dependendo da unidade da federação a carga tributária varia de 55,11% (PA e RJ), 48,21% (PR e BA) a 43,95% (demais UFs).

Valores diferentes

Há quem acredite, porém, que a situação não é tão alarmante assim. Telecom ainda é varejo e a grande fonte de receita ainda é o mercado de massa que está ligado ao poder de compra. "O modelo de consumo aqui está muito voltado para o volume. O que vemos é a tendência das operadoras priorizarem o volume em detrimento da rentabilidade. Se compararmos o negócio das teles com outros, a rentabilidade é, sim, menor, mas não deixa de ser uma boa rentabilidade quando comparado com o próprio setor em outras regiões do mundo", avalia Manzar Feres, líder da

32

geração de telefonia (3G), realizado no final do ano passado, isso deve se tornar um processo menos custoso e mais abrangente.

Mas há a questão de peso e medida. As gigantes de telecom se queixam de uma margem extremamente apertada para poderem investir realmente em novas redes para a tecnologia 3G para um retorno não tão satisfatório assim. Roberto Lima, presidente da Vivo, já disse no ano passado que esse era um momento preocupante para a sustentabilidade do setor. No centro da discussão, claro, o volume pesado de tributos que recaem sobre as companhias do setor.

As operadoras bem que tentam usar seu poder econômico para negociar em pé de igualdade com o governo - até pela alta carga tributária

atribuída a elas - responsável por recheiar, como poucos setores, os cofres rechonchudos da administração pública. Há uma perversa taxação dos serviços de telecomunicações, o que não é muito diferente da situação de outros segmentos da economia brasileira.

Além de recolherem taxas do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), do Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico) e do Fistel (Fundo de Fiscalização), a carga tributária aplicada às operadoras representam um custo adicional, dependendo da região, de 48% a 03% - caso do Estado de Rondônia.

Mesmo com esses encargos, o mercado de telecom representa cerca de 6% do PIB nacional, um número que não pode ser

área de Comunicações para América Latina da IBM.

A dificuldade de se chegar a um consenso para a redução da carga tributária está na divisão da cobrança de impostos, feita pelos próprios Estados da Federação de forma independente. 'A briga é no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e não na Receita Federal. E preciso fazer uma simulação e mostrar que a redução pode ser benéfica sem prejudicar a arrecadação, caso contrário não há o que fazer", diz o vice-presidente comercial e de marketing da Ericsson, Lourenço Coelho.

A arrecadação das empresas brasileiras de telecomunicações em tributos foi de R\$ 33 bilhões em 2006, o equivalente a 41% da receita operacional líquida do setor, segundo levantamento realizado pela Teleco para a **Telebrasil**. Em 2006, o setor recolheu R\$ 21,3 bilhões de ICMS, um aumento de 10,5% sobre 2005. Só nos nove primeiros meses de 2007, a arrecadação de impostos feita pelas prestadoras de telefonia fixa e móvel chegou a R\$ 26,5 bilhões, o que equivale a 40,3% da Receita Operacional Líquida de R\$ 65,7 bi.

Por mais que rentabilidade seja discutida, ainda há um potencial enorme para o setor de telecomunicações explorar. "Esses programas do governo trouxeram as classes D e E para base de consumo. Basicamente, as empresas estão crescendo e investindo no topo da pirâmide,



Antonio Carlos Valente, da Telefônica: ampliação dos serviços fez crescer o número de lares com telefone na classe C

ou seja, nas classes A, B e C. As classes D e E ainda estão fora do mundo digital", diz Herberto Yamamuro, que assumiu a presidência da NEC em abril. Mesmo dentro da classe C há um grande espaço para a venda de dados. "O efeito do celular é claramente favorável ao desenvolvimento da classe pobre e pode ser o único meio de inserção social dessas pessoas. Ela, inclusive, poderia consumir mais telefonia se houvesse uma redução dos tributos", completa Coelho, da Ericsson.

O presidente da Telefônica no Brasil, Antônio Carlos Valente,

lembra que em 1998, por exemplo, somente 8% das famílias paulistas de classe D tinham telefone fixo. A ampliação exponencial dos serviços desde a privatização das telecomunicações fez com que o percentual de lares da classe C com telefone subisse de 35 para 55% e, nas classes D e E, pulasse de 8 para 29%.

Enquanto as mudanças tributárias não acontecem, é preciso usar as armas que se tem para combater a evasão de rentabilidade. Ao menos é o que vem fazendo a GVT, uma das poucas empresas-espelho

sobreviventes com poder de força no mercado nacional. "Temos como um dos nossos valores principais a disciplina financeira. Não adianta só falar que o mercado não cresce por causa da carga tributária alta. Buscamos incrementar a margem em qualquer ação para reduzir custos, otimizando despesas, nos diferenciar das concorrentes, por isso crescemos 37,6% de Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)", conta Bruno Gentil, diretor de controladoria da operadora.

Olhos distantes ou entrando no jogo

E sempre muito fácil criticar o governo sobre postura - ou ausência dela. Mas não há sequer um aceno das autoridades que vislumbre a importância do setor de comunicações de maneira geral. Falta um planejamento estratégico para os rumos do segmento. "O Estado tem de cuidar para que haja uma boa regulamentação, que atenda de maneira consistente e vantajosa, para toda a cadeia e, principalmente, para os consumidores. Precisa incentivar a competição entre os agentes e promover a universalização", lembra Bruno Souza Rocha, diretor-adjunto de planejamento e marketing da Brasil Telecom.

A trilha definida pela Coreia do Sul, por exemplo, mostra que traçar metas e fazê-las



Manzar Feres, da IBM: consumo de telecom no País é voltado para volume

34

cumprir traz muitos e positivos resultados. Com dificuldades econômicas na década de 80, o país decidiu que setores como hardware, software e serviços deveriam representar uma parcela significativa do PIB. Com um planejamento agressivo desenhado e seguido à risca, aplicou somente no backbone (literalmente "espinha dorsal": infra-estrutura física central da internet); foram gastos US\$ 24 bilhões, além de outros investimentos em treinamento e capacitação da população para o uso e produção de TI. Em 2005, só essa parte de conteúdo e serviços foi responsável, na

Coreia do Sul, por movimentar US\$ 4 bilhões.

Há no Brasil, no entanto, uma supervalorização das commodities (petróleo, agricultura e indústria) por parte da administração pública. E não se trata de descartar esse segmentos. Continuam sendo muito importantes e assim permanecerão por longos anos. Mas até agora não houve uma explicação convincente, por exemplo, para a exclusão do setor de telecomunicações - um dos maiores investidores em infra-estrutura no País - do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Isso também não justifica as

lágrimas e a choradeira demasiada do setor de telecom.

Mesmo com a crise dos subprimes (dificuldades financeiras dos fundos de ações que financiam o sistema habitacional americano), que culminou com uma instabilidade e queda freqüente das Bolsas no mundo inteiro, o Brasil vive um período de liquidez na economia poucas vezes visto. Os programas do governo não só de inclusão digital, mas de distribuição de renda como o Bolsa Família surtiram efeito no curto prazo e alteraram o padrão de consumo. O crescimento do PIB chegou a 5,4% em 2007, quebrando a barreira de alguns anos de puro ostracismo.

analista da Standard & Poor's, Reginaldo Takara.

O vice-presidente de regulamentação e interconexão da Vivo, Sérgio Assenço reconhece os efeitos da economia em crescimento para o setor. "A dinâmica é natural: como resultado começa a haver maior penetração do telefone celular junto às classes C, D e E (em 2006, chegou a 60%), maior rotatividade/troca de aparelhos em todos os públicos, maior adesão por planos de maior franquia e serviços (por parte de empresas e consumidor final)", diz Assenço. Ele ressalta também a tendência do aumento do valor que os usuários atribuem ao

telecomunicações pode se tornar tão vital para a economia nacional quanto a indústria de serviços primários. As companhias que formam essa cadeia têm as redes e os dados nas mãos. Estão com a faca e o queijo, é só esquentar no fogo para poder cortar de maneira mais suave.

Diversos estudos apontam uma correlação direta em outros países entre a penetração dos serviços de telecomunicações e o crescimento econômico. Leonard Waverman, professor da London Business School, traz números. Em um estudo denominado "Mobiles, Broadband Keys to Economic Growth" (Telefones celulares,

36



O processo de universalização dos serviços, que veio a reboque das concessões, é considerado por muitos como responsável por um ciclo de desenvolvimento no Brasil, mas não deve ser tratado de maneira isolada

O consumo das famílias apresentou elevação de 6,5% no ano passado, muito impulsionado pela oferta maciça de crédito, que atingiu pouco mais de 34% do PIB no Brasil. Há uma certa euforia no mercado. "O setor de telecom vem crescendo como um todo como reflexo desse ganho na economia e uma possível reversão do cenário e aumento da inadimplência estão dimensionados. Se o setor não é motor para o desenvolvimento, certamente é pré-requisito para tal", revela o

celular. "Com a convergência, os dispositivos ganham novas aplicações e funcionalidades, mudando então seu conceito e o papel na sociedade", completa.

Para maioria da população - inclusive sob a ótica do governo - os investimentos em infra-estrutura de telecomunicações apenas complementam as outras atividades econômicas. Pode parecer absurdo em um primeiro momento, mas analisando friamente não seria ousadia afirmar que o setor de

chaves da banda larga para o crescimento econômico), ele diz que dez telefones celulares para cada cem habitantes num país em desenvolvimento típico geram mais 0,44 ponto percentual de crescimento no PIB per capita.

Algumas pesquisas americanas chegam a afirmar que o investimento em comunicações é mais importante do que a aplicação de recursos na educação, até porque isso será consequência de uma política de estrutura de comunicação. Há um certo

exagero nisso tudo, mas não deixa de fazer sentido. "Como grau de importância talvez não seja factível, mas raciocinando logicamente, a garantia de uma boa infra-estrutura de comunicações naturalmente vai permitir um aproveitamento maior e mais inteligente dessas redes pelas escolas e pelo sistema educacional, não só do governo, mas das corporações", diz Charles Sola, gerente de novas tecnologias da Siemens.

Mauro Cruzeiro, presidente da Orange no Brasil, acredita que não há uma percepção real dos benefícios que o setor pode proporcionar para a economia como um todo, e isso impede que ele seja visto como essencial. Mas para melhorar a percepção e a realidade do investimento privado em telecomunicações não basta apenas investir. As companhias precisam dar atenção especial às demandas dos usuários, com ampla comunicação junto à sociedade. Mostrar que o investimento privado é um benefício direto para o usuário. Seriam formas positivas de melhorar a percepção e a realidade que prosperam da visão preconceituosa e que marca a imagem do investimento privado no País.

À medida que os players conseguem controlar o conjunto dos meios de acesso ao usuário final e, claro, dominar a última milha, a competitividade pode ser prejudicada. O cenário de concorrência, entretanto,

Por que o mercado de telecomunicações é importante para a economia



- ✓ A fronteira de inclusão digital avança para indivíduo ou empresa, as transações ganham velocidade, alcance, e favorecem o aumento da circulação de bens na economia. Tudo isso terá muita telecomunicação e tecnologia da informação por trás.
- ✓ Já imaginou a prestação de outros serviços essenciais – como energia e água – sem as plataformas e redes integradas que suportam a entrega desses bens?
- ✓ O fenômeno do pré-pago é um exemplo de agilidade na produção de serviços de autônomos independentes que passaram a ter possibilidade de entender qual a demanda e as necessidades do seu cliente de maneira muito ágil.
- ✓ Tem acesso, competição relativa e qualidade de serviços hoje. Há dez anos, um período relativamente curto, havia um monopólio público na prestação de serviços.
- ✓ O setor, por mais que se questione em uma série de pontos, conseguiu cumprir com as metas de universalização que lhe foram impostas na concessão.
- ✓ Telecom é muito eficiente e colaboradora no recolhimento de impostos, já que não há mercado paralelo para essa atividade.
- ✓ O segmento consegue atrair um volume significativo de investimentos.
- ✓ Será a base para o desenvolvimento da banda larga no País, a nova geração de comunicações e, portanto, uma das mais importantes para a política pública de crescimento econômico.
- ✓ Extremamente ligado a um outro setor que é inovador – o de tecnologia da informação – o mercado de telecomunicações não só é gerador de muita mão-de-obra, como também qualifica e capacita milhares de profissionais por ano.

também não é mais tão restrito quanto se imaginava. As críticas em relação ao monopólio de serviços de telefonia fixa comutada (STFC) por região, por mais que se negue, estão passando por patamares diferentes. Tanto que operadoras de telefonia fixa estão desesperadas para entrar no mercado de **televisão**

com a oferta de IPTV (TV sobre o protocolo de internet).

As próprias empresas de celulares podem ser encaradas como "inimigas", além, claro, das empresas de TV por assinatura, que ainda de maneira bastante tímida adentraram no mercado com os pacotes de TV, voz e dados (internet). A tecnologia tornou

obsoleta a discussão entre telefonia fixa e móvel. O consumidor é convergente, não é dividido por paradigmas históricos, mas procura um balanceamento entre preço, qualidade de serviço e necessidade. É a nova fase de competição em que a banda larga vai mandar.

Empurrãozinho ou necessidade?

Uma simples medida causou um alvoroço no mercado. Nunca se vendeu tanto computador no Brasil desde que o governo reduziu o PIS e Cofins na cadeia de produção de PCs e notebooks. Máquinas antes vendidas por quase R\$ 4 mil, hoje beiram os R\$ 1,2 mil e levou as empresas a comercializarem 10,7 milhões de equipamentos no País no ano passado, segundo a IDC, no estudo Brazil Quarterly PC Tracker.

E esse é o exemplo mais usado pela indústria de telecom: que é possível manter ou até aumentar a arrecadação do governo com a redução da carga tributária. Isso ainda não acontece no segmento de telefonia - e nem deve ocorrer tão cedo. Mas onde está a internet para tudo isso? O projeto do governo começou como PC Conectado, mas não vingou porque não houve acordo com as operadoras. De nada adianta oferecer computador sem ensinar o que fazer *com* ele ou sem internet.



Mauro Cruz,
da Orange: não há percepção dos benefícios proporcionados pelo setor

Agora, rmais uma vez, o poder público tenta impulsionar a adoção da banda larga, um movimento que pode ser considerado bastante favorável para o segmento de telecomunicações. Afinal, a migração dos serviços para dados não é novidade para ninguém. A queda da receita das operadoras com voz vem acontecendo, mas não tão rapidamente como se esperava. Assim como o crescimento do mercado de dados não é tão avassalador quanto se imaginava. Essa será a maneira que elas terão de compensar essa evasão de faturamento.

Na Índia, que possui características sociais muito

parecidas com o Brasil, 2007 foi declarado como o ano da banda larga. A África vive um momento de euforia com a chegada de grandes empresas fornecedoras de infra-estrutura de telecomunicações e a utilização de serviços móveis, inclusive para a bancarização da população.

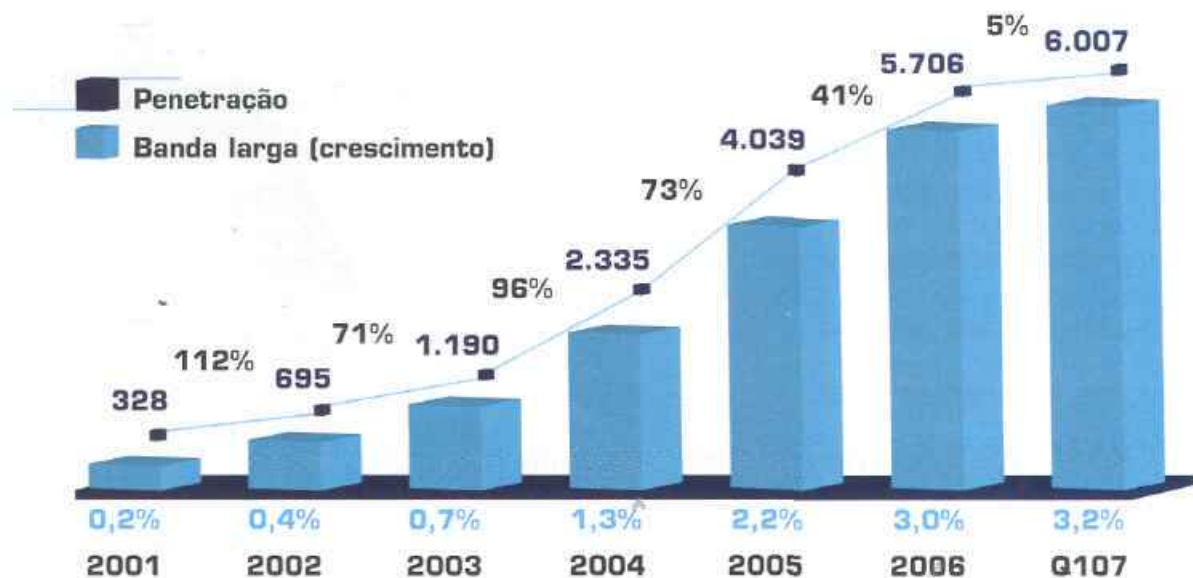
Ainda que a web quebre barreiras e reduza as margens principalmente na receita de voz de telefonia fixa, em função da migração para telefonia IP, tal redução é, no entanto, compensada pelo crescimento de receita de banda larga. Tanto que o setor de telecomunicações investe anualmente uma média de R\$ 15 bilhões no Brasil

- 50 bilhões de euros na Europa - com ênfase em banda larga e em tecnologia de terceira geração (3G) para o serviço celular. A própria licitação do 3G só vem a definir mais um passo para uma possível massificação da banda larga.

Valente, da Telefônica, não está tão entusiasmado assim. "Mesmo que as operadoras queiram, não será fácil atender a todos os municípios com banda larga, por exemplo, com essa carga tributária de 42% sobre o serviço. Nesse caso, é fundamental a criação de um plano de metas, semelhante ao adotado pela telefonia fixa, para expandir a banda larga no Brasil", diz o executivo.

Penetração de banda larga no Brasil está estagnando

40



77% dos assinantes de banda larga no Brasil possuem pacotes com menos de 1Mbps de velocidade

Parte desse plano já está em andamento. Do acordo selado com as operadoras de telefonia fixa para que elas levem a internet em alta velocidade para todas as escolas do Brasil até 2010, o governo brasileiro pretende atingir um total de 55 mil instituições de ensino em 3.400 municípios.

A ação é resultado da troca de obrigações do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), enviada ao Ministério das Comunicações. De acordo com as regras atuais, as concessionárias de telefonia fixa - Oi, Brasil Telecom, Telefônica, CTBC e Sercomtel - deveriam levar os PSTs (quatro orelhões e quatro terminais que permitem acesso à internet pela telefonia fixa) a todos os municípios brasileiros até o final de 2011. As mudanças só ocorrerão nas áreas urbanas. Os PSTs previstos em áreas rurais serão mantidos. "Esse valor que seria gasto com os PSTs será utilizado para levar os backhauls (infra-estrutura de rede de serviços de telecomunicações)", disse a superintendente de Universalização da Anatel, Elnice Nara Versiani, no momento do anúncio do acordo.

"Se somar investimentos e projetos aprovados pelo governo, o montante deve chegar na casa dos R\$ 10 bilhões", diz Álvaro Brito, gerente responsável pelo grupo de transformação de redes da Alcatel-Lucent no Brasil. Estamos em um ciclo em

que as operadoras focaram primeiro no que era mais fácil, com clientes de maior poder aquisitivo, mas para que isso cresça elas terão de criar muito mais, investir em outros nichos de mercado, produtos light, soluções que tragam mais valor agregado e não apenas o acesso à web.

Mas, para tanto, o trabalho será difícil. Segundo o presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp), Luiz Cuza, outros países estão crescendo muito mais em infra-estrutura de serviços de telecomunicação que o Brasil. "A capacidade e os preços dos serviços de banda larga, em outros países, são muito mais atrativos. A banda ainda não é acessível a grande parte da população, com menos de 4% de penetração, e três quartos desses serviços são de velocidade de 1 mega, o que é muito pouco e limita a utilização dela como ferramenta de crescimento econômico", revela Cuza. Ele quer dizer que a banda larga por aqui é curta e cara (veja gráfico ao lado).

O executivo acredita que, se houvesse um projeto Brasil, com uma política pública que incluísse aspectos sociais e econômicos, os modelos praticados seriam diferentes. "Essa é a oportunidade ótima para o País repensar os dez anos de privatização para fazer uma análise de como o setor de telecom contribuiu para o

crescimento da agricultura, segurança pública, trânsito, educação, verificar o que deu certo e errado ou não foi explorado corretamente e fazer as projeções para o futuro, usar as telecomunicações de maneira ampla e eficiente", completa.

"O setor de telecomunicações tem se desenvolvido em grande velocidade no mundo, e o Brasil, felizmente, está na mesma trilha. Alguns vetores, como a convergência e a consolidação, devem ter no Brasil um impacto semelhante ao que vem tendo em outros mercados. Com isso, é importante que a regulamentação do setor acompanhe esse desenvolvimento e possibilite que o setor continue avançando em ritmo acelerado", diz o presidente da Telefônica no Brasil.

Não existe inclusão digital sem inclusão social. Portanto a distribuição de renda, inteligência nos gastos públicos e no direcionamento dos recursos, além de visão de futuro serão determinantes para o crescimento sustentado, não só o setor de telecomunicações, mas da economia brasileira. Enquanto não houver um planejamento sério e direcionado, as brigas, as queixas, a politicagem, os problemas, continuarão se arrastando por muitos anos e o Brasil será, mais uma vez, engolido pela esfera global ou por interesses particulares de pequenos grupos poderosos. ■■■